

## PANAROMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

Nos anos que se seguiram à terminação da 2ª grande guerra, mudou consideravelmente o panorama da vida internacional. Em primeiro lugar, desenvolveu-se o sistema de cooperação internacional, não só através das Nações Unidas, como de numerosos organismos regionais e especializados, que assumiram importantes encargos na vida interna de cada estado, dispensando-lhes cooperação técnica e financeira para solução de seus problemas e coordenando seus esforços em benefício do bem-estar geral e da manutenção da paz.

Em segundo lugar, o governo dos Estados Unidos da América, cômico das responsabilidades que lhe advêm do grau superior de desenvolvimento econômico do seu país, tomou a si importantes tarefas de auxílio, levando recursos técnicos e econômicos às áreas devastadas, e também, ainda que em escala menor, às áreas subdesenvolvidas do mundo. Nasceu, desse modo, um novo conceito da cooperação entre os povos, que se traduziu, no tocante ao grupo de países de que fazemos parte, na doutrina exposta pelo presidente dos Estados Unidos no chamado “Ponto IV”, e consubstanciada na Lei nº 535 do 81º Congresso Norte Americano sobre o desenvolvimento econômico internacional.

Em terceiro lugar, malgrado os esforços das nações democráticas para reconstruir, após a terminação da guerra, sobre urna base unitária, as relações internacionais, dois grandes blocos se formaram baseados em sistemas econômicos opostos. Daí nasceu, em vez do convívio pacífico, voltado para a reconstituição material e a aproximação espiritual dos povos, um estado de tensão política, que deixa constantemente entrever as possibilidades de nova guerra. O potencial econômico das democracias, que poderia ter sido aplicado às obras de paz, aumentando o bem-estar dos povos e elevando o seu nível de civilização, teve de ser, assim, em grande parte, dirigido à manutenção de um preparo militar, que onera com enormes encargos a economia dos países ocidentais.

Esse panorama veio criar novas perspectivas à política externa do Brasil e, ao mesmo tempo, exigir ampla reforma dos métodos de ação, para que os instrumentos diplomáticos e administrativos de que dispomos se adaptem às circunstâncias.

O desenvolvimento dos organismos internacionais, a criação de órgãos permanentes, que dirigem a cooperação entre os países, a reunião reiterada de congressos, conferências e assembleias, através das quais se completam e uniformizam as políticas seguidas pelos diferentes estados, vieram suscitar, ao lado da diplomacia clássica, exercida através de representações permanentes junto a cada governo, uma diplomacia parlamentar, cujo objetivo é a defesa dos interesses nacionais nos debates, nas resoluções coletivas e na troca de pontos de vista e de influências sobre as principais questões, de que dependem a vida e o desenvolvimento dos povos.

Essa nova diplomacia tinha, no período histórico anterior a terminação da 2ª grande guerra, um caráter excepcional e secundário. Não há, porém, exagero em dizer que ela avulta hoje em primeiro plano na política exterior, sobretudo quando as nações reduzem necessariamente o âmbito de sua política de poder, para procurarem a proteção de seus interesses vitais nas resoluções coletivas, nos princípios uniformes e nos instrumentos multilaterais, cujas sanções sustentam, em lugar das armas, o equilíbrio do sistema internacional.

As nações individualmente tendem a procurar amparo para os seus direitos nos organismos internacionais e nas fórmulas econômicas e jurídicas, que estabelecem o equilíbrio entre elas. Se ainda não logramos ver realizado o ideal da segurança coletiva, já galgamos uma importante etapa histórica, substituindo a política nacional de poder por uma política regional, em que os problemas de segurança e de defesa já não são examinados apenas em função de um estado, mas em função de uma região ou de um bloco político irmanado pelos mesmos ideais.

A Organização das Nações Unidas, em primeiro lugar, a União Pan-Americana, em segundo, são os dois quadros em que inscrevemos a nossa vida política internacional, dentro dos tradicionais princípios de cooperação e de convivência pacífica, em que se moldou a civilização brasileira.

Pretendemos elevar ao mais alto grau a eficiência de nossa participação nesses e em outros organismos e reuniões internacionais, de acordo com a moderna consciência de que os interesses brasileiros não estão apenas nas proximidades de suas fronteiras, mas em qualquer recanto do mundo, onde se fira uma, questão ou se abra um problema capaz de pôr em xeque o sistema jurídico de convivência, em que nos integramos. Nesse sentido, todas as questões internacionais, ocorram onde ocorrerem, são de natureza fundamental para a política brasileira, e exigem uma consideração atenta e uma orientação consentânea com os nossos princípios e interesses vitais.

O segundo aspecto característico da vida internacional de hoje — a nova concepção de cooperação visando ao desenvolvimento econômico — também determina algumas reorientações fundamentais da política exterior do Brasil e do aparelhamento administrativo que ela exige.

A era do imperialismo econômico, caracterizado pela exploração dos países atrasados em proveito da economia dos que se achavam altamente industrializados, pode ser considerada ultrapassada, senão nos fatos, pelo menos nos princípios que formam hoje a vida internacional. Tanto os povos adiantados, como os povos subdesenvolvidos do ocidente, sabem que o mundo democrático não poderá sobreviver se não conseguir superar o exagerado desnível econômico entre as áreas de que é formado.

No mundo ocidental, onde vivem lado a lado nações imensamente fortes, dotadas de economia fértil em capitais, e nações extremamente fracas, formadas de povos de baixo padrão de vida, não se poderá manter por muito tempo nem a unidade política, nem a prosperidade econômica, nem a paz social. Cedo ou tarde a unidade estabelecida entre elas conheceria a desagregação, e a revolução social viria liquidar os desajustamentos e as crises, que os seus dirigentes, em tempo hábil, não teriam sabido evitar. Daí a nova política de cooperação econômica internacional, cujo objetivo é proporcionar aos países subdesenvolvidos meios de expansão intensiva, com que corrijam suas deficiências e compensem as desvantagens naturais responsáveis pelo seu retardamento.

O Brasil encara como um imperativo inadiável o seu desenvolvimento econômico intensivo, em perfeita harmonia com o dos demais países americanos.

Esse desenvolvimento não depende apenas da política econômica e financeira interna, que venha a ser firmada pelo governo. Os fatos econômicos se situam numa conjuntura maior do que a nacional. O sucesso ou insucesso de qualquer política depende, em primeiro lugar, da sua perfeita inscrição nas tendências e correlações regionais e mundiais, que em grande parte predeterminam as conseqüências da ação dos governos.

O terceiro aspecto sob o qual se apresenta a vida internacional de hoje diz respeito à tensão política mundial.

O Governo encara as perspectivas internacionais dentro dos mesmos princípios de solidariedade às nações democráticas e da fidelidade aos ideais da civilização cristã, que sempre inspiraram e orientaram a nossa política externa. O bloco regional

americano tem hoje no Tratado do Rio de Janeiro o instrumento eficaz pelo qual pautará as suas atitudes e pronunciamentos, quer diante de uma agressão partida do próprio hemisfério, quer diante de uma agressão partida do exterior. A próxima Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos dará margem a que estudemos, dentro desses princípios e dessas normas jurídicas, a atual situação internacional, cuja gravidade não pode ser disfarçada.

Nessa reunião não só consideraremos os problemas de cooperação política e militar entre os povos do hemisfério, como os problemas de cooperação econômica em face da situação de emergência, que determinará o restabelecimento de muitas características da situação que atravessamos em épocas anteriores. O governo brasileiro estará pronto a dar a sua cooperação econômica, sob todas as formas ao seu alcance, mas a sua conduta externa está condicionada ao princípio de reciprocidade, de modo que os nossos aliados, por sua vez, nos auxiliem a suportar o impacto da situação de emergência sobre a nossa deficiente estrutura econômica. É sabido que um país subdesenvolvido, pobre de capitais e minado pela inflação, que nos últimos anos se agravou despropositadamente, suporta dificilmente os efeitos de uma situação de emergência, propícia aos deslocamentos artificiais do seu potencial de investimento e desorganizadora dos suprimentos indispensáveis à manutenção regular da vida industrial e civil.

O Brasil entende que a situação econômica de emergência não deve interromper, e sim acelerar, os programas de cooperação internacional visando ao seu desenvolvimento econômico, pois esse desenvolvimento é indispensável para que possamos manter a nossa própria cooperação com outros países, e para que não soframos em nossa economia desgastes e limitações de difícil e tardia recuperação.

Todos esses problemas serão levados a debate na Reunião de Consulta e examinados através dos órgãos competentes pelo nosso governo e pelos das demais nações americanas.

As relações com os países do nosso hemisfério estão hoje no melhor estado de compreensão mútua e de solidez. O Brasil não tem rivalidades políticas nem econômicas com qualquer povo americano, e a sua economia encontra na dos países do hemisfério um complemento natural, que deixa antever as melhores perspectivas de ampliação do comércio e de mais intensa cooperação. O governo brasileiro vê, com especial satisfação, o desenvolvimento paralelo das nações americanas, e na medida das suas forças contribuirá para esse desenvolvimento, certo de que o bem-estar econômico

e social do nosso povo só encontrará base sólida numa elevação geral do nível de vida e de produtividade das Américas.

As relações do Brasil com as grandes nações européias continuarão igualmente a manter os laços de colaboração fecunda, solidamente implantados em nossas melhores tradições. A Europa representa focos de cultura para os quais se volta secularmente à vida brasileira, e centros econômicos a que nos encontramos ligados por importantes empreendimentos e por vínculos ininterruptos de trocas de mercadorias, de serviços, de assistência técnica e de intercâmbio de capitais.

Com relação à política imigratória, é tempo de mudarmos radicalmente o sentido que ainda impera em muitas de nossas leis e práticas administrativas, oriundas dos anos da guerra passada, quando os povos se viram na contingência de estreitar a porta aberta ao ingresso dos estrangeiros, pelas contingências da situação política e do surto nacionalista, que dificultava a assimilação dos elementos vindos de fora na comunidade nacional. O Brasil tem necessidade de receber do exterior largo e generoso incremento demográfico, para que as suas possibilidades econômicas não sofram as limitações decorrentes de sua deficiência de população. A Itália e Portugal, como também outros povos, devem ser considerados nos programas de expansão demográfica a serem objeto de deliberação do governo.

Uma nova força vem surgindo no quadro internacional, que, sobretudo pelas afinidades econômicas com o nosso país, merece a especial atenção de nossa política externa: o continente africano. O Brasil não considera com qualquer espírito de rivalidade o desenvolvimento econômico dessas regiões. Entende, pelo contrário, que elas fazem jus a uma política de desenvolvimento do mesmo estilo previsto para todas as regiões atrasadas, não, porém, no sentido de criar, em pleno século XX, um extemporâneo colonialismo, mas no sentido de favorecer a rápida elevação do nível de vida de suas populações, capacitando-as para atingirem, tão cedo quanto possível, o padrão político de Estado. Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações.

Essa concepção de política externa, correspondente à intensificação da vida internacional, que testemunhamos, exigirá, no campo do serviço público, uma ampliação dos recursos consagrados ao ministério das Relações Exteriores. Dentro dos

severos princípios de redução orçamentária, que norteiam a política administrativa do Governo, visando debelar o déficit financeiro, um esforço terá de ser feito para que o ministério das Relações Exteriores não tenha a sua eficiência comprometida por escassez dos recursos indispensáveis. Muitas reduções poderão ser feitas em despesas de menor utilidade para o pleno rendimento da máquina diplomática e consular. Mas, ao lado dessas reduções, alguns recursos serão necessariamente ampliados para que o Brasil possa auferir todos os benefícios decorrentes de uma participação adequada na vida internacional,

## ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Delineada nossa posição no panorama internacional, cumpre-me agora relatar os mais importantes fatos internacionais relacionados diretamente com os interesses do Brasil.

A política do Brasil com as Nações Unidas, traçada desde a Conferência de São Francisco, manteve-se inalterável, dentro dos compromissos ali assumidos.

Fato relevante para o nosso país foi o de sua reeleição para o Conselho de Segurança, no preenchimento de três vagas ali existentes, para as quais se elegeram conosco os Países-Baixos e a Turquia. No primeiro escrutínio, num total de 59 votos válidos, obteve o Brasil 57. Voltamos, assim, a ocupar a Cadeira que havíamos conquistado em São Francisco.

Nessa mesma Assembléia, integramos o bloco de 15 delegações que tornaram vitorioso o projeto que prorrogou o mandato do Secretário Geral.

### Conselhos e institutos

A Delegação brasileira, embora não estando representada no Conselho de Tutela, junto ao qual mantém apenas observador, ainda assim tem intervindo nas discussões ali travadas.

Temos também emprestado nossa colaboração ao conselho Econômico e Social. Insistimos particularmente em coordenar as atividades das Nações Unidas com as de suas Agências Especializadas, na configuração dos grandes problemas econômicos de após guerra, principalmente naqueles relativos à Assistência técnica, ao financiamento dos programas de desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas, à questão

do pleno emprego e das atividades a longo prazo em favor da infância por que temos demonstrado vivo interesse. Cumpre destacar, pela significação especial para o nosso país, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina, da O.N.U.

Obtivemos em Genebra a prorrogação do mandato do Fundo Internacional de Socorro à Infância. Apesar de não pertencermos ao Conselho, a ele permanecemos vinculados pela nossa atuação em suas comissões funcionais, nas quais o Brasil é o país latino-americano com maior representação.

Em 9 de junho de 1950, o nosso Delegado Permanente, coroando os esforços de diversas autoridades brasileiras, federais e estaduais, assinou em Nova Iorque, com o Diretor Executivo do Fundo Internacional de Socorro à Infância, um acordo visando à realização de um programa de assistência em benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes de quatro Estados do nordeste do Brasil.

Inicialmente destinado a atender apenas ao Estado da Paraíba, estendeu-se o auxílio aos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, instalando-se a Missão Permanente do F.I.S.I. em João Pessoa. A partir de julho do ano findo, começaram a chegar as primeiras remessas de material, que deverão continuar em ritmo crescente até meados de 1951. Trata-se de um plano de real importância para o Nordeste brasileiro, cujas instituições hospitalares serão totalmente equipadas com excelente material, dotadas de numerosos cursos de formação de pessoal especializado, recebendo ainda apreciáveis quantidades de leite e medicamentos para serem distribuídos.

Através de vários cientistas brasileiros, tem sido das mais destacadas a nossa participação na Organização Mundial de Saúde. O Brasil, cujo mandato havia terminado em 1950, foi indicado para integrar o referido Conselho por mais um ano.

## Educação, Ciência e Cultura

Desde a criação do organismo das Nações Unidas destinado ao estudo dos problemas de Educação, Ciência e Cultura — U.N.E.S.C.O. — sempre nos fizemos representar em suas reuniões e conferências. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, — órgão correspondente da U.N.E.S.C.O. no Brasil — tem realizado diversos empreendimentos de difusão cultural, apesar da falta de recursos.

As Nações Unidas, organizando um programa de assistência social, colocaram à disposição do governo brasileiro várias bolsas de estudo, para as quais se apresentaram

dezenas de candidatos, cujos títulos e qualificações foram encaminhados à divisão competente.

### Organização Internacional do Trabalho

A Organização Internacional do Trabalho expandiu em 1950 suas úteis atividades, de interesse direto ou indireto para o Brasil.

No ano findo, realizou-se uma conferência preliminar sobre migrações, conferência técnica tripartida, preparatória, sobre a formação profissional de adultos, além de reuniões do conselho de Administração, reuniões de numerosas comissões, que estudaram importantes assuntos sobre seguro social, indústrias químicas, petróleo, indústrias têxteis.

Uma das mais importantes iniciativas da Organização Internacional do Trabalho na América Latina é o escritório latino-americano da mão-de-obra, instalado em São Paulo, resultante da resolução da IV Conferência dos estados americanos, membros da O.I.T., realizada em Montevideu, em 1949. Destina-se a fornecer informações sobre a Organização do Emprego, a formação profissional e a aprendizagem, ajuda técnica solicitada pelos governos ou, por seu intermédio, pelas organizações de empregadores ou trabalhadores para organização e desenvolvimento do emprego e sistemas de formação, bem como pôr em execução outras medidas de caráter prático, tendentes a obter, na América Latina, reservas de trabalhadores qualificados, fixar um programa de formação, inclusive de capatazes e instrutores, intensificar a organização dos serviços de empregos e, no plano nacional regional e internacional, a troca de estagiários, operários, estudantes e instrutores. Também deverá, a pedido dos Governos dos países de imigração, fornecer auxílio para a elaboração e execução dos planos de migração.

### Alimentação e Agricultura

Em virtude da posição relevante que ocupa o Brasil entre as nações componentes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, recebeu a nossa delegação ali atribuições e responsabilidades da mais alta importância. Além de ocupar a vice-presidência da conferência e de figurar em três comissões chaves, teve o Brasil o seu mandato prorrogado no conselho por mais um ano.

O Rio de Janeiro foi ainda escolhido para sede de um dos três sub escritórios regionais da Organização na América Latina. Um escritório florestal já está aqui funcionando, devendo ser desdobrado, a fim de abranger outros objetivos no que se refere à agricultura e nutrição. Logramos também ver aprovada nossa solicitação de Assistência Técnica à atividade agropastoril em nosso país.

## POLÍTICA ECONÔMICA

A preponderância que vem assumindo a política econômica na esfera internacional e a crescente complexidade técnica das relações econômicas com os demais países levaram o Itamaraty a procurar melhor aparelhamento de seus serviços econômicos que ainda se ressentem de sérias deficiências. Ponto significativo nesse sentido foi a criação da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, pelo decreto n° 27.893. de 20 de março de 1950. Destina-se esse órgão, de um lado, a promover melhor coordenação entre o Itamaraty, os diversos ministérios interessados em variados aspectos da política comercial e o Banco do Brasil, e, de outro, a democratizar o processo de elaboração dos acordos comerciais, mediante ampla consulta às classes econômicas interessadas no intercâmbio com o exterior. Com este último objetivo foram os representantes do comércio, indústria e agricultura associados aos representantes governamentais na preparação e análise dos acordos comerciais, instituindo-se, previamente também, o sistema de audiências públicas à negociação desses instrumentos contratuais.

### Ajustes de trocas

No último ano regulamos as nossas negociações comerciais com vários países, que representam, em conjunto, cerca de 40% do nosso comércio exterior. Em vista das dificuldades de pagamentos internacionais e inconvertibilidade de moedas, a maioria desses instrumentos assumiu a forma de ajustes de trocas, baseados em listas com limites quantitativos de mercadorias, com vistas a assegurar equilíbrio dos pagamentos bilaterais.

Além do escoamento equilibrado de nossa produção exportável, cuidaram os nossos negociadores de assegurar utilização adequada de nossa frota marítima e incrementar o comércio de exportação direta de mercadorias brasileiras para o

consumidor final, de preferência ao comércio de entreposto, preservada, entretanto, a necessária flexibilidade para permitir, em caráter excepcional, aos países com que negociamos, a reexportação de nossas mercadorias para consumidores aos quais não tenhamos acesso direto.

Entre os ajustes firmados no ano passado, figuram os convênios que disciplinam e expandem as trocas de mercadorias com a Grã-Bretanha, Áustria, Iugoslávia, Tchecoslováquia e Austrália. Com a Argentina firmamos um ajuste comercial e um convênio especial sobre intercâmbio de frutas. Foram, outrossim, restauradas, em base formal, as relações comerciais com a Alemanha, através de um ajuste de trocas, completado por um convênio de pagamentos concluído entre o Banco do Brasil e o Bank Deutsche Laende. Com a Itália, além de um ajuste comercial e um convênio de pagamento, firmamos um instrumento destinado a regular e controlar a transferência de capitais daquele País para o nosso. Por troca de notas, deram, ainda, os dois Governos assentimento ao contrato firmado entre a Fábrica Nacional de Motores e a Empresa Alfa Romeo.

#### Assistência Técnica

A experiência acumulada nestes primeiros anos de atuação da Organização das Nações Unidas levou-a a preparar-se para um vasto esforço conjunto, no sentido de ajudar os países menos desenvolvidos a assimilar idéias novas e conhecimentos técnicos, imediatamente aplicáveis na solução de seus problemas econômicos, sociais e de organização administrativa.

São consideráveis as possibilidades de cooperação técnica que se nos abrem, através do chamado “Programa ampliado de assistência técnica” da O.N.U. e Organismos Especializados, em cuja formulação participou o governo brasileiro, através de suas delegações. Desse programa cooperativo participam quase todas as nações do globo, figurando o Brasil, ao mesmo tempo, como doador e beneficiário de auxílio técnico. Associando países de experiência e níveis variados de desenvolvimento econômico, tal programa possibilita-nos o acesso seletivo a conhecimentos tecnológicos de países cujo ambiente econômico e social julgemos mais relevantes para o nosso próprio esforço, tanto de racionalização administrativa, como de desenvolvimento econômico.

Vale mesmo salientar que uma das modalidades de assistência das Nações Unidas, hoje conhecida sob a designação particular de programa de ensino prático de administração pública, é oriunda de uma proposta apresentada pela delegação do Brasil, concernente ao estabelecimento de um centro internacional de pesquisas e estudos de Administração Pública.

Releva salientar que o programa de ajuda técnica em assuntos de administração pública precedeu ao próprio programa de assistência técnica para desenvolvimento econômico, e é vital para o bom êxito deste. Para bem auxiliar a desenvolver os recursos humanos e naturais de qualquer país, a organização das Nações Unidas terá de empregar o método do aconselhamento e da recomendação, pois que deverá limitar-se sempre à análise das condições existentes e à formulação de planos e recomendações. A execução desses planos compete necessariamente aos governos beneficiados, que, para conseguir resultados tangíveis, devem contar com a indispensável equipe de pessoal qualificado.

O governo brasileiro não tem descuido de todos estes significativos aspectos da questão. Assim é que, quando da Conferência Internacional de Assistência Técnica, que deveria discutir, em Lake Success, a organização de um programa extensivo de assistência técnica para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, o Itamaraty — visando a que a ela comparecêssemos devidamente preparados — promoveu uma reunião, dirigida pela C.O.I., de representantes dos ministérios da Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, Educação e Saúde, Agricultura, Fundação Getúlio Vargas, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e Instituto Agrônomo de Campinas.

Tal Conferência nos resultou altamente proveitosa, pois as contribuições oferecidas excederam de 12.500 dólares o total de 20 milhões de dólares, previsto no programa inicial.

A contribuição do Brasil para o “Funclo de Assistência Técnica”, calculado em 8 e meio milhões de cruzeiros, ou sejam 460 mil dólares, despertou grande interesse e foi a quinta, em valor, vindo depois da dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França Canadá.

Essa contribuição foi representada por bolsas e estágios técnicos, fornecidos pelo S.E.N.A.I., S.E.N.A.C, Fundação Getúlio Vargas, ministério da Agricultura, ministério da Educação e Saúde, Universidade de São Paulo e Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Em 28 de setembro de 1950, o Conselho Interamericano Econômico e Social, por sua vez, deu aprovação ao projeto de programa de assistência técnica elaborado pelo Comitê Coordenador de Assistência Técnica (C.C.A.T.) para o ano de 1951, assim como a Resolução pela qual foram solicitados os estados-membros a indicarem, até 31 de outubro de 1950, o montante das suas contribuições àquele programa.

Para a efetivação dessas contribuições, adotou-se o critério do pagamento nas respectivas moedas nacionais e para aplicação no próprio país contribuinte, em projetos aos quais tivesse dado sua expressa aprovação e de cujo aproveitamento viesse a ser o principal beneficiário.

Não obstante o interesse do Brasil na execução de vários projetos do mencionado programa e os compromissos assumidos com a aprovação do mesmo, não foi possível, dada a falta de tempo para o pedido de abertura dos necessários créditos ao Congresso Nacional, em fim de exercício e na iminência da mudança de governo, indicar ao delegado brasileiro junto à O.E.A. o montante da nossa contribuição, providência que urge ser tomada, sob pena de comprometer, ante a posição do Brasil no seio daquela organização, todo o Programa de Assistência Técnica por ela elaborado.

A participação brasileira nos programas de assistência técnica da O.N.U. e da O.E.A. determinou a criação de uma comissão destinada a coordenar as nossas necessidades de assistência, organizar e apresentar projetos específicos e dar execução aos compromissos assumidos, sob a presidência do ministro das Relações Exteriores.

Finalmente, quero destacar, neste capítulo, os acordos já celebrados com os Estados Unidos da América, em dezembro do ano findo, e cuja execução deverá processar-se no ano em curso. Decorrente o primeiro do programa chamado “ponto IV”, estabelece normas para a prestação de assistência técnica para o desenvolvimento econômico do país, sendo dele complemento um segundo acordo, que cria uma comissão mista Brasil-Estados Unidos da América, destinada a facilitar a execução do plano de assistência técnica. As diretrizes da comissão são as seguintes: a) exame do grau de assistência técnica mais conveniente ao Brasil para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade para aqueles que se relacionem com os transportes, energia elétrica e agricultura; b) estudos de oportunidade para a utilização do conhecimento técnico, do trabalho especializado e dos investimentos estrangeiros, que possam contribuir para a realização de projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro; c) exame das medidas de ordem

geral e legal que sejam convenientes ou necessárias para remover obstáculos e facilitar a realização dos projetos considerados necessários ao desenvolvimento econômico.

Já designei os componentes brasileiros da Comissão Mista, que será subdividida em subcomissões, de conformidade com as necessidades que surgirem durante o desenvolvimento dos trabalhos. Inicialmente, serão estabelecidas as seguintes: transporte, energia elétrica, alimentação e agricultura.

#### Política Aérea

As diretrizes da política aérea brasileira seguem as linhas traçadas pela Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago em 7 de dezembro de 1944. Os Acordos assinados, desde então, pelo Brasil obedecem aos princípios de igualdade de tratamento e reciprocidade no gozo dos direitos comerciais, preconizados pela referida convenção, já assinamos convênios dessa natureza com a Argentina, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Líbano, Noruega, Países-Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, os quais asseguram a presença das aeronaves comerciais brasileiras na América do Sul, Europa e Oriente Médio. Deverão ser concluídas, ainda este ano, as negociações, já em fase final, com os governos do Uruguai, Paraguai e Bolívia.

#### Relações com o Japão

Após restabelecer a representação diplomática junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão, desenvolveu o Brasil, com aquele país, relações econômicas e políticas. No Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma Agência japonesa com sucursal em São Paulo, incumbida dos assuntos consulares do Japão. Embora gozando das mesmas regalias inerentes à sua representação, ficaram, entretanto, sujeitas às mesmas restrições que regulam o funcionamento de agências semelhantes estabelecidas nos Estados Unidos da América.

Também concordou o governo brasileiro com o estabelecimento de uma linha de navegação japonesa para o Brasil, que fará a ligação direta entre o nosso continente e o Extremo Oriente, servindo a outros portos da América do Sul. Navegarão sob o controle de ocupação norte-americana no Japão, ficando, apenas, sob responsabilidade das autoridades japonesas a parte administrativa.

## Estrada de Ferro Brasil-Bolívia

Prosseguiram os trabalhos de construção e conservação da linha da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, iniciados no meu governo. A extensão total da linha é de 650 quilômetros, estando 450 já construídos, a partir de Corumbá. Toda a extensão já construída encontra-se em tráfico privado. A ligação de Porto Esperança a Corumbá, ou da Noroeste com a Brasil-Bolívia, encontra-se paralisada e, por isso, já recomendei as providências indispensáveis para a rearticulação dos serviços.

## Petróleo boliviano

O Itamaraty prosseguiu nos entendimentos com o governo boliviano para permitir à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo iniciar a fase dos trabalhos de perfuração, encontrando-se adiantadas as negociações. Uma nova área petrolífera, a de Terebinto, já foi incorporada às anteriormente determinadas, após estudos geológicos na região oeste de Santa Cruz de la Sierra.

## Condomínio da Lagoa Mirim

O governo brasileiro aprovou a ata das reuniões realizadas em Montevideu em 1944, entre técnicos uruguaios e brasileiros, para o maior aproveitamento das possibilidades econômicas e sociais, resultantes da navegação nas águas da bacia das Lagoas Mirim e dos Patos. O governo uruguaio, por sua vez, nomeou a comissão de técnicos que se deverá reunir no Rio de Janeiro para cuidar do desenvolvimento dos problemas técnicos, dos assuntos econômicos, legais e administrativos, formulados nas reuniões anteriores.

## AÇÃO CULTURAL

No domínio cultural a atividade desenvolvida no ano que findou foi, de modo geral, apreciável, mas deverá ser ampliada. O aproveitamento dos diversos institutos de cultura criados em vários países, alguns dos quais realizam excelente trabalho, como o Uruguaio-brasileiro, de Montevideu, há de permitir a expansão da nossa cultura,

assegurar informações úteis sobre o Brasil e permitir a difusão da língua portuguesa. Em toda a América e também na Europa encontraremos vasto campo para essas atividades. O interesse pelo Brasil se acentua cada vez mais. Um aparelhamento adequado se impõe para corresponder às solicitações recebidas pelo ministério das Relações Exteriores. Nos Estados Unidos, em particular, institutos, universidades, organizações jornalísticas reclamam freqüentemente elementos de informação. Cursos de português estão em pleno funcionamento em Montevideu, Assunção e Bordéus, bem como em universidades norte-americanas. No momento, o Itamaraty considera a possibilidade de mantê-los em Buenos Aires, Santiago, Madri e Roma.

Como consequência das bolsas de estudos concedidas pelo Itamaraty, o Rio de Janeiro já se transformou num centro internacional de estudos, abrigando duas centenas, de estudantes da América espanhola, que vêm cursar as nossas escolas superiores. Atraídos, também, pela reputação da nova arquitetura brasileira, para aqui afluem os estudiosos dos Estados Unidos e da própria Europa. Chegou o momento de instituímos bolsas integrais para curso universitário completo, atraindo pessoas interessadas em se especializar em assuntos brasileiros.

## ATOS INTERNACIONAIS

O governo assinou, no decorrer do ano de 1950, os seguintes atos internacionais: os de intercâmbio comercial com a Iugoslávia, o Uruguai, a Áustria, a Tchecoslováquia, a Itália, a Argentina, a Alemanha Ocidental, a Austrália e a Grã-Bretanha; de pagamentos, com a França e a Alemanha Ocidental; de investimentos, com a Itália; de imigração, com a Itália e os Países-Baixos; de transportes aéreos, com a Turquia; cultural, com os Estados Unidos.

Também foram assinados atos gerais sobre tarifas aduaneiras, a Hileia Amazônica e a União Postal das Américas e Espanha. Com os Estados Unidos da América, firmamos atos sobre troca de publicações oficiais, cooperação sanitária, pesquisas minerais, cooperação cultural, desenvolvimento econômico. No mesmo período, foram submetidos à aprovação do congresso Nacional dezesseis atos internacionais, dos quais já se encontram aprovados dez. O Brasil ratificou treze e promulgou quatorze.

O acordo sobre a imigração, com a Itália, veio acrescer e disciplinar as correntes imigratórias italianas para o nosso país, oferecendo o Brasil vantagens especiais aos

nacionais daquela nação amiga. O acordo sobre investimentos preencheu uma grande necessidade, favorecendo a criação e o desenvolvimento de Companhias Mistas Ítalo-Brasileiras e a inversão de grandes capitais italianos no Brasil.

#### NOVAS MISSÕES. RECONHE-CIMENTO DE GOVERNOS

Em princípios de 1950, resolveu o governo brasileiro, atendendo a convite que lhe foi feito pela Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha, designar um representante junto àquela Comissão.

Foram ainda criadas missões diplomáticas junto aos governos do Haiti, Honduras, Nicarágua e El Salvador, o que significa que agora possuímos representação permanente em todos os países continentais.

Também reconhecemos, em 1950, a independência da República dos Estados Unidos da Indonésia, no quadro da União Neerlandó-Indonésia, ficando a legação dos Países-Baixos, no Rio de Janeiro, encarregada da proteção dos interesses daquela república.

Procedimento idêntico adotamos quanto à independência dos Reinos do Laos e Cambodge, bem como do governo do Imperador do Vietnam, estados associados e independentes da União Francesa. Reconhecemos ainda o governo do Haiti constituído, em 1950, da mesma Junta Militar que ocupara o poder durante seis meses, em 1948.

#### LITÍGIO PERU- EQUADOR

Os representantes do Brasil e demais Estados garantes do “Protocolo de Paz, Amizade, Limitei”, entre o Peru e Equador, reuniram-se no Itamaraty com o propósito de encontrar soluções aceitáveis para ambas as partes, em relação a duas controvérsias ainda existentes quanto à demarcação da fronteira perúvio-equatoriana.

Ante acusações recíprocas de movimento de tropas nas duas fronteiras, a Comissão resolveu constituir uma missão militar composta de adidos militares do Chile e da Argentina, no Peru, e dos Estados Unidos da América e do Brasil, no Equador, sendo para a mesma expedidas as respectivas instruções.

#### DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Cumpriu-se integralmente, no ano findo, o programa estabelecido para a demarcação de fronteiras. Destacaram-se, particularmente, os trabalhos realizados nos limites do Brasil com a Venezuela, que, uma vez concluídos no terreno, permitiram a reunião em Belém, da trigésima quarta conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, bem como a realização dos preparativos para a próxima campanha de 1950-1951.

Na fronteira Brasil-Bolívia, devido a dificuldades financeiras e de outra natureza, consagrou-se a comissão ao aero-levantamento de uma extensão de trezentos quilômetros ficando habilitada para completar a demarcação desse trecho. Na fronteira Brasil-Paraguai, também se processou o aero-levantamento de uma faixa de duzentos quilômetros, havendo executado, em terreno hostil e de acesso difícil, a construção de cento e quatorze marcos. Executou-se, ainda, o levantamento aéreo de um trecho do Rio Paraná. Na fronteira Brasil-Uruguai, os trabalhos de demarcação podem ser considerados concluídos, faltando, apenas, alguns previstos na Ata da 34 Conferência da Comissão Mista, a serem concluídos no terreno.

Nos aero-levantamentos nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, foi preciosa a colaboração do Serviço Geográfico do exército.

## PLATAFORMA SUBMARINA

A exemplo do que já fizeram várias nações, como os Estados Unidos da América, o México, o Chile, a Argentina e o Peru, decidiu o governo brasileiro assegurar os seus direitos com relação à Plataforma continental submarina, ou prolongamento submerso das costas continentais e insulares do Brasil. Foi, assim, expedido o Decreto nº 28.840, de 8 de novembro de 1950, definindo essa Plataforma. Não se alarga a faixa de águas territoriais brasileiras, mas ficam expressamente ressalvadas as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à Plataforma, além do mar territorial. Trata-se de um ato declaratório e assecuratório de direito, sem prejuízo da competência do Poder Legislativo nessa matéria.